Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 15 de janeiro de 2026

Ata nº 04

No dia quinze de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e quarenta e um minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030

PONTO 2 – Mapa de Pessoal para o ano de 2026 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

PONTO 3 – CIM Península de Setúbal – Constituição da Assembleia Intermunicipal – Eleição dos membros da Assembleia Municipal de Palmela

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. João Pedro Marçal Fialho Perdigão Leitão, pelo Primeira Secretário Sr. Diamantino de Sousa Pereira e Segunda Secretária, Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho.

Efetuada a chamada:

Por parte do Partido Chega (CH):

- Jorge Manuel Abel Faria;
- João José Correia Mascarenhas de Lemos;
- Carla Sofia Ramos Inácio;
- Eurico Luis Borges Paulo;
- Jorge Manuel Ribeiro Martins;
- Pandora Natacha Correia de Brito Salvado;
- Nicole Pinto Serafim;
- Pedro Manuel de Carvalho Estragadinho;
- Nuno Alexandre Milheiras Carvalho;
- Bernardo Burmester Cabral de Noronha e Meneses.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. João Pedro Marçal Fialho Perdigão Leitão;
- Sra. Maria Clara dos Santos Marques Félix;
- Sr. Álvaro Leonel Passos Rebelo;
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sra. Diana Braga Neves do Nascimento;
- Sra. Dulce Isabel Romão Félix do Nascimento
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares;
- Sr. João Miguel Estróia Vieira.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Mário José Alves de Sousa Brinca;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Yolanda Jacira Lourenço da Silva;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques;
- Sra. Natália de Jesus Campos Moreira Alves.

Verificou-se as seguintes ausências:

Por parte do Partido Chega (CH):

- Sr. Jorge Manuel Abel Faria;
- Sr. Eurico Luis Borges Paulo.

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sra. Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sra. Presidente Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Vereador Afonso Jorge da Silva Brandão;
- Sr. Vereador José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano;
- Sr. Vereador José Paulo Barão Garcia;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria Joaquim Bonacho Antunes.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Jorge Manuel Abel Faria do CHEGA,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. David José da Silva Lourenço** que se encontra presente.

- **Sr. Eurico Luis Borges Paulo do CHEGA,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde de familiares, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Daniel José Marujo Vicente** que se encontra presente.

- **Sr. João Pedro Alves Ricardo da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Nidberto Patuleia Paiva** que se encontra presente.

- **Sr. Ricardo José de Oliveira da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. António José de Sousa Nunes da Costa** que se encontra presente.

- **Sra. Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa** que se encontra presente.

- **Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente do PS**, apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivo de estágio na EUSPA, pelo período de seis meses a partir de **31.12.2025 a 30.06.2026,** pelo que coloca o pedido à apreciação do Plenário, não tendo merecido qualquer comentário. O lugar agora, vago será ocupado pelo **Sr. João Alberto Castro Rodrigues** que se encontrava presente.

- Tomou ainda posse como Membro efetivo, o **Sr. André Miguel Félix Mamede do CH**, em substituição do **Sr. Pedro Manuel de Carvalho Estragadinho do CH,** por renuncia ao mandato ocorrido em 05.01.2026, que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que fica apensa à presente, foi empossado no cargo.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, **o Sr. David José da Silva Lourenço,** o **Sr. Daniel José Marujo Vicente** e o **Sr. André Miguel Félix Mamede do CH,** o **Sr. João Alberto Castro Rodrigues do PS e o Sr. Nidberto Patuleia Paiva, o Sr. António José de Sousa Nunes da Costa** e a **Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa da CDU,** após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Boa noite a todos os membros da Assembleia Municipal, à Senhora Presidente da Câmara e a todos os vereadores que hoje aqui se encontram presentes, bem como a todos os funcionários que contribuem para o funcionamento desta Assembleia, a todos os munícipes que hoje nos assistem presencialmente e a todos os munícipes que nos acompanham em casa, agora em direto e posteriormente em deferido.

Antes de darmos início à ordem de trabalhos de hoje, desta sessão extraordinária, chegaram alguns pedidos de substituição.

Por fim, importa ainda referir que temos duas atas que também temos de votar, designadamente a ata n.º 36, da sessão extraordinária de 19 de setembro de 2025, e a ata n.º 37, da sessão ordinária de 30 de setembro de 2025.

Dou nota do seguinte: nestas duas atas apenas podem votar as pessoas que se encontravam como membros da Assembleia Municipal no anterior mandato. Portanto, apenas essas pessoas aqui presentes poderão votar. Os restantes não podem votar, naturalmente, por não terem estado presentes.

Dispenso-me igualmente da leitura das atas, tendo em conta que já foram distribuídas previamente e que, segundo informação recolhida junto dos serviços, se encontram disponíveis na área reservada da Assembleia Municipal assim, todos já tiveram acesso a ambas as atas.

Por fim, dou nota do envio de um voto de pesar por parte do Partido Socialista, pelo óbito do munícipe Manuel Fernandes Bragadeste. O que me competia fazer e fiz foi contactar os diferentes líderes de bancada de todos os partidos relativamente à possibilidade de se discutir este voto de pesar.

Tendo em conta que se trata de um voto de pesar, acredito que, por um sentido de humanidade, são questões que não devem ser adiadas, atendendo à situação e à sua natureza. Assim, o entendimento recolhido foi o de que se poderia proceder à leitura e à votação do voto de pesar enviado à Mesa.

Havendo quórum, vamos prosseguir e, antes da deliberação das atas, pergunto se alguém pretende usar da palavra relativamente a alguma delas.

Muito bem. Não havendo pedidos de inscrição, passamos à votação das atas.

A Ata número trinta e seis, de dezanove de setembro de dois mil e vinte e cinco, foi aprovada, por unanimidade com nove votos a favor (Cristina Moura e Érica Ribeirinho da CDU, Maria Clara Félix, António Godinho, Jorge Mares, Diamantino Pereira do PS, Carlos Vitorino, Luis Marques do PPD/PSD e Jorge Martins do CH).

A Ata número trinta e sete, de trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, foi aprovada, por unanimidade com nove votos a favor (Cristina Moura e Érica Ribeirinho da CDU, Maria Clara Félix, António Godinho, Jorge Mares, Diamantino Pereira do PS, Carlos Vitorino, Luis Marques do PPD/PSD e Jorge Martins do CH).

Desta feita, vou pedir ao Partido Socialista, ou a alguém do Partido Socialista, que proceda à leitura do voto de pesar que endereçaram.

Voto de Pesar "Manuel Fernandes Bragadeste"

Tomou a palavra o **Sr. Diamantino de Sousa Pereira,** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, ***com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).***

O Sr. Presidente da Mesa:

Sendo um voto de pesar, também pergunto se todas as bancadas pretendem associar ao voto de pesar, portanto, e assim fica um voto pesar, naturalmente todas as bancadas da assembleia.

Pergunto também se alguém pretende usar a palavra relativamente ao voto de pesar e se pretendem também, se não houver nenhuma objeção, de fazer um minuto de silêncio em memória e do senhor Manuel Fernandes Bragadeste. Muito bem. Não registrando nenhuma oposição, fazemos então um minuto de silêncio.

Aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (dez do CH, dez do PS, sete da CDU e quatro do PPD/PSD.CDS-PP).

O Sr. Presidente da Mesa:

Também dou nota só do seguinte:

Relativamente às atas que que foram votadas, portanto, em minuta, tendo em conta a produção dos efeitos jurídicos.

Depois, todos os pontos que, portanto, os pontos da ordem também para a discussão e depois quando for a votação também em minuta designadamente os três pontos para produção também dos efeitos jurídicos imediatos.

Entrando no período da ordem de trabalhos, mais em concreto, ponto um, orçamento e grandes opções do plano 2026/2030. Mas antes de entrarmos no ponto um, dar nota só de que tendo em conta estarmos numa assembleia extraordinária, não existe período aberto à população e também não existe período de antes da ordem do dia, porque é assim que resulta. da lei. Portanto, ponto um, dou a palavra à Sra. Presidente da Câmara para apresentar o orçamento municipal.

Período da Ordem do Dia

PONTO 1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030

Proposta:

Os documentos previsionais para 2026 foram elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), previsto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 setembro, aplicado às entidades do Subsetor da Administração Local (SAL), e cumprem todas exigências previstas no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), preservando a estrutura adotada a partir de 2015.

Foram ainda cumpridos os preceitos legais que antecedem a submissão dos documentos previsionais a deliberação dos órgãos municipais previstos na seguinte legislação:

- Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/1998, de 26 de maio), de que resultou a incorporação de novas ações nas Grandes Opções do Plano, por proposta de eleitos de diversos partidos representados nos órgãos municipais;
- Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude (Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro), com a emissão do parecer do Conselho Municipal de Juventude de Palmela, sobre as «Linhas de orientação geral da política municipal mapa a juventude, constantes no Plano de Atividades para 2026», documento anexo ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026/2030.

Para o ano de 2026, os cálculos das dotações do orçamento da receita foram efetuados com a base na média dos últimos 24 meses, regras previsionais previstas no Decreto-Lei-54-A/99 de 22 de fevereiro, com as seguintes exceções:

- venda dos bens imóveis que foi calculada com a base na média dos últimos 36 meses, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2025 (cf. n.º 1 do art.º 138º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 dezembro);
- as receitas resultantes das restantes tarifas e taxas foram calculadas de acordo com a média dos 24 meses, acrescidas do valor da taxa de inflação de novembro (como habitualmente utilizou-se a variação média dos preços nos últimos doze meses, fixado pelo INE em 2,4 %).

Em relação aos anos seguintes utilizaram-se os valores de referência de inflação e crescimento do PIB a preços constantes calculados pelo Governo e Conselho de Finanças Públicas.

Em termos financeiros, o enquadramento macroeconómico do orçamento municipal 2026-30 é semelhante ao do ano anterior, mantendo-se uma expetativa otimista, em resultado, nomeadamente da progressiva redução da taxa de inflação e da consequente estabilização das taxas de juro de referência. Permanecem, contudo, os riscos decorrentes dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, ambos com forte potencial para afetar a economia mundial e, por consequência, o contexto económico nacional e local.

Apesar deste cenário macroeconómico, onde se destaca o crescimento moderado do PIB e o clima de incerteza gerado pelo contexto geopolítico, as expetativas para o exercício orçamental de 2026 são positivas, em particular devido à boa execução das receitas próprias no ano corrente (mais especificamente dos impostos diretos e, de entre estes, o IMT), com reflexos diretos no cálculo da receita e no montante do saldo de gerência a transitar, o qual se estima ser muito superior ao do ano transato, sendo por isso expectável um reforço liquido das disponibilidades financeiras do município, o que possibilitará a inclusão de novos investimentos para 2026 e anos seguintes.

Do ponto de vista programático o Orçamento e GOP para o ano económico de 2026 é um documento de transição entre dois mandatos, pelo que, como sempre ocorre, incorpora muitos compromissos financeiros transitados. Contudo, apesar de a margem ser curta tendo em consideração as disponibilidades iniciais, integra já alguns projetos constantes do plano de trabalho para o mandato 2025/29, sancionado no ato eleitoral de 12 outubro.

Financeiramente, a proposta carateriza-se por:

1. Orçamento

   O Orçamento apresenta um valor global de 87,4 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,4% relativamente ao orçamento inicial de 2025 e menos 9,4 % face ao orçamento em vigor (o qual incorpora o saldo de gerência de 2024).

   O conjunto dos Impostos Diretos totaliza 33,1 milhões de euros, registando um aumento de 9%, continuando a ser o capítulo com maior peso no total da receita (37,9%). O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, calculado com base na média dos últimos 24 meses, é a principal componente dos Impostos Diretos.

   As transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais e provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação Variável no IRS, Transferências de Competências no âmbito da Educação, Saúde e Ação Social e a Participação do IVA) totalizam 20,3 milhões de euros e representam 23,3% do total das receitas orçamentadas.

   O capítulo das Taxas, Multas e Outras Penalidades, no valor global de 3,8 milhões de euros, representa 4,4% do total das receitas. Finalmente, o capítulo da Venda de Bens e Serviços Correntes, no valor global de 13,1 milhões de euros, representa 15% do total das receitas, registando um acréscimo de 44,7% relativamente a 2025.

   Apesar das receitas ordinárias (receitas próprias mais transferências do estado resultantes da participação do município nos impostos nacionais) se situarem nos 71 milhões de euros, o orçamento da receita proposto tem o valor de 87,4 milhões de euros. Este diferencial resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de candidaturas ao PRR, no âmbito da Habitação, transferências de competências no âmbito da educação, ação social e saúde, bem como de verbas provenientes de investimentos financiados pelo Estado e de financiamento de empréstimos de médio e longo prazo. As despesas com investimento situam-se nos 21 milhões de euros no orçamento inicial.

   Os recursos financeiros são afetos às seguintes funções:

   - Grandes Opções do Plano, com financiamento assegurado: 52,5 milhões de euros (60,1%), dos quais 21 milhões correspondem a investimento (40,1%);
   - Pessoal: 32,6 milhões euros (37,2%);
   - Despesas não imputadas às GOP: 2,3 milhões euros (2,7%).

   No quadro seguinte apresenta-se a estrutura da Receita e Despesa para o ano 2026.

unidade: euro

RECEITA	VALOR	%	DESPESA	VALOR	%
Impostos Diretos	33 101 649,00	37,9%	Pessoal	32 556 126,00	37,2%
Impostos Indiretos	1,00	0,0%	Aquisição Bens e Serviços Correntes	22 050 908,00	25,2%
Taxas Coimas e Outras Penalidades	3 809 951,00	4,4%	Encargos Correntes da Divida	682 130,00	0,8%
Rendimentos de Propriedade	15 003,00	0,0%	Transferências Correntes	8 608 575,00	9,8%
Transferências Correntes	20 929 506,00	23,9%	Subsídios	850 000,00	1,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	13 108 106,00	15,0%	Outras Despesas Correntes	428 050,00	0,5%
Outras Receitas Correntes	15 000,00	0,0%			
Total Receitas Correntes	**70 979 216,00**	**81,2%**	**Total Despesas Correntes**	**65 175 789,00**	**74,5%**
Venda Bens de Investimento	34 268,00	0,0%	Aquisição de Bens de Capital	21 041 655,00	24,1%
Transferências de Capital	10 288 218,00	11,8%	Transferências de Capital	487 931,00	0,6%
Passivos Financeiros	6 123 241,00	7,0%	Ativos Financeiros	0,00	0,0%
Outras Receitas de Capital	2,00	0,0%	Passivos Financeiros	725 120,00	0,8%
Total Receitas de Capital	**16 445 729,00**	**18,8%**	Outras Despesas de Capital	100,00	0,0%
Outras Receitas	**5 650,00**	**0,0%**	**Total Despesas de Capital**	**22 254 806,00**	**25,5%**
Total Receita	**87 430 595,00**	**100,0%**	**Total Despesa**	**87 430 595,00**	**100,0%**

As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes, obtendo-se ainda uma poupança de 5,8 milhões de euros, que financia despesas de capital. Nos termos da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a regra do equilíbrio orçamental é cumprida, existindo um diferencial positivo de 4,9 milhões de euros.

2. Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 60 milhões de euros, dos quais 52,5 milhões com financiamento assegurado, aumentando 3,6% quando comparado com o valor das GOP iniciais do ano de 2025, e apresenta a seguinte estrutura:

OBJETIVO	Total		
	Total (€)	Definido (€)	Não Definido (€)
Funções Gerais	**8 516 662**	**7 708 662**	**808 000**
Serviços Gerais da Administração Pública	6 279 514	5 611 514	668 000
Segurança e Ordem Públicas	2 237 148	2 097 148	140 000
Funções Sociais	**41 623 100**	**35 826 467**	**5 796 633**
Educação	7 150 513	6 918 013	232 500
Saúde	3 135 767	2 967 767	168 000
Segurança e Ação Social	1 169 280	1 169 280	0
Habitação e Urbanismo	4 879 475	4 757 199	122 276
Ordenamento do Território	78 177	23 177	55 000
Saneamento	5 735 438	4 635 438	1 100 000
Abastecimento de Água	1 780 953	1 580 953	200 000
Resíduos Sólidos	10 230 120	7 269 463	2 960 657
Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	2 216 926	1 814 726	402 200
Cultura	2 902 987	2 468 987	434 000
Desporto, Recreio e Lazer	2 343 464	2 221 464	122 000
Funções Económicas	**8 077 930**	**7 552 930**	**525 000**
Indústria e Energia	1 778 187	1 478 187	300 000
Transportes e Comunicações	5 678 328	5 553 328	125 000
Comércio e Turismo	393 410	293 410	100 000
Outras Funções Económicas	228 005	228 005	0
Outras Funções	**1 811 802**	**1 420 912**	**390 890**
Total	**60 029 494**	**52 508 971**	**7 520 523**

3. Atualização da Tabela de Taxas

A Lei 53-E/2006, no seu n.º 1 do Artigo 9.º, refere que os orçamentos anuais das autarquias podem atualizar os valores das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação, princípio transposto para o Regulamento e Tabela de Taxas Municipais do Município de Palmela (cf. Artigo 5.º do RTTM). Nesse sentido e face ao crescimento de preços verificado e seu impacto na estrutura de custos do município, considera-se imprescindível atualizar as taxas municipais, de acordo com a variação do índice preços no consumidor (IPC) dos últimos 12 meses em novembro, fixado pelo INE, em 2,4 %.

Assim, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2026-2030, bem como a atualização dos valores da Tabela de Taxas em 2,4%, ao abrigo do n.º1 do artigo 9.º da Lei 53-E/2006, na sua atual redação, com exceção dos valores que nela constem que sejam fixados por disposição legal específica e da taxa prevista no n.º 5 do Capítulo VII do RTTM.

A Sra. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:

Cumprimento o Senhor Presidente, os membros da mesa e todos os membros desta Assembleia Municipal, particularmente aqueles que, também hoje, pela primeira vez, se reúnem e se juntam a esta nossa

Assembleia. Cumprimento os Senhores Vereadores e as Senhoras Vereadoras na nossa mesa e também os dirigentes da Câmara Municipal.

Público temos pouco, mas temos algum em casa. Temos uma senhora jornalista na sala, a quem saúdo também e agradeço a presença, e vou então diretamente à nossa ordem de trabalhos.

Este ponto é um ponto muito importante para o funcionamento normal da Câmara Municipal e, enfim, do município em geral, porque não é só a Câmara Municipal que precisa do orçamento e das Grandes Opções do Plano para funcionar com normalidade, digamos assim. Mas, de facto, este ano, pela circunstância de termos tomado posse já em novembro e de ter havido um calendário que foi muito exigente para cumprir as formalidades a que estamos obrigados, estamos a apresentar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento a esta Assembleia em janeiro, o que normalmente não é o desejável. O desejável é conseguir fazê-lo até ao final do ano.

Sobre o documento que temos em apreço, o que vou sublinhar, para orientação também dos senhores membros da Assembleia, é que basicamente vou usar a proposta para destacar os pontos mais importantes e depois fazer uma ou outra referência mais destinada às questões das Grandes Opções do Plano e às grandes áreas que aqui estão consideradas no orçamento.

Em primeiro lugar, o documento cumpre, obviamente, todas as regras legais a que está obrigado. Aproveito para recordar que tivemos esta semana a reunião com o Conselho Municipal de Juventude para recolher o seu parecer acerca do documento. Reunimos, antes disso, durante a fase de elaboração do documento, com os membros de todos os partidos, respeitando, neste caso, o Estatuto do Direito da Oposição.

Partimos para este documento num contexto muito marcado pela transição de mandato que as próprias eleições significam. Trata-se, portanto, de um documento que, no essencial, incorpora grandes compromissos e responsabilidades que transitam do mandato passado. É isto que é normal, não rompendo, naturalmente, com os compromissos assumidos pela Câmara e, sobretudo, dando continuidade a obras ou projetos que estavam e que estão em curso.

Este contexto é importante sublinhar porque, quando fazemos um orçamento, perspetivamos aquilo que pensamos que vai acontecer durante o ano. Isso depende de nós, do nosso trabalho, mas depende também do comportamento de terceiros, nomeadamente no que diz respeito à arrecadação de receita, que pode ou não produzir os resultados que estimamos nesta fase. Esses comportamentos são também muito influenciados pelo enquadramento macroeconómico e pelo contexto que vivemos em cada momento.

Neste sentido, aquilo que perspetivamos para este ciclo, e particularmente para o ano de 2026, mantém uma perspetiva otimista, que assenta, por um lado, no comportamento da taxa de inflação baixa e, por outro, na consequente estabilização das taxas de juro. Claro que, do ponto de vista geopolítico, existem temas de grande tensão no mundo que continuarão a afetar a economia e, dentro da economia, também a economia portuguesa e o nosso país. Ainda assim, mesmo com estes sinais positivos, há sempre uma margem de incerteza quando se realiza um orçamento.

Em relação ao exercício orçamental propriamente dito, existem boas perspetivas, tendo em conta as receitas concretizadas no ano de 2025, nomeadamente no que diz respeito ao comportamento dos impostos, sobretudo dos impostos diretos, destacando-se o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, que tem uma grande influência na projeção da nossa receita para 2026.

Por outro lado, há ainda influência no saldo de gerência, que hoje já conhecemos. Na altura em que apresentámos esta proposta à Câmara, ainda não conhecíamos com rigor o saldo de gerência, mas, entretanto, foi identificado. Aproveito para dizer que, apresentado à Câmara esta semana, deliberámos o seu reconhecimento no valor de 16.293.000 euros.

Globalmente, propomos um orçamento de 87 milhões de euros. Os impostos diretos representam um valor global de 33,1 milhões de euros, significando um aumento com alguma importância em relação ao ano anterior, sendo o elemento mais relevante o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

Nestes 87 milhões de euros, temos também uma componente resultante das transferências efetuadas ao abrigo da Lei das Finanças Locais, a partir do Orçamento do Estado, dos fundos de equilíbrio e fundo social, bem como das transferências decorrentes das competências transferidas nas áreas da educação, da saúde e da ação social. Globalmente, estas transferências do Orçamento do Estado significam 20,3 milhões de euros.

As taxas, multas e outras penalidades têm um valor de 3,8 milhões de euros e o capítulo da venda de bens e serviços representa 13,1 milhões de euros, registando também um acréscimo significativo face ao ano anterior.

Apesar de as receitas ordinárias receitas próprias mais transferências do Orçamento do Estado representarem cerca de 71 milhões de euros, o valor global ascende a 87,4 milhões de euros devido à inclusão das verbas respeitantes às candidaturas apresentadas ao PRR, sobretudo no âmbito da habitação, às transferências de competências na educação e nas áreas sociais, a investimentos realizados pelo próprio Estado e ainda ao financiamento de empréstimos de médio e longo prazo já concedidos.

Em síntese, o orçamento apresenta 52,5 milhões de euros alocados às Grandes Opções do Plano, um montante de 32,6 milhões de euros para pessoal e um valor de 2,3 milhões de euros em despesas não imputadas às Grandes Opções do Plano. É importante referir que o equilíbrio orçamental é integralmente cumprido, com um diferencial positivo de cerca de 4,9 milhões de euros, o que significa que as receitas correntes, para além de financiarem toda a despesa corrente, ainda geram uma poupança que financia despesas de capital, ou seja, investimentos.

Relativamente às Grandes Opções do Plano, para além de honrarmos os compromissos do mandato anterior, mantendo em curso obras e projetos, destaco investimentos importantes na qualificação do parque escolar, incluindo a Escola José Maria dos Santos, que é uma das prioridades.

Na área da saúde, o investimento mais relevante prende-se com a nova Unidade de Saúde da Quinta do Anjo, atualmente em construção, bem como intervenções nas unidades de Poceirão e Águas de Moura. Destaco ainda a Unidade Móvel de Saúde, um projeto cada vez mais próximo dos cidadãos, e a elaboração da Estratégia Municipal de Saúde, em parceria com o Conselho Municipal de Saúde.

Na área da habitação, mantêm-se as propostas já em desenvolvimento, com destaque para a construção de 21 fogos em Águas de Moura e a recuperação de outros fogos, nomeadamente no centro histórico de Palmela, onde se prevê também investimento na circulação, sinalização, estacionamento e requalificação de arruamentos.

Mantêm-se projetos relevantes como a Alameda 25 de Abril e o Terminal Rodoviário. No ordenamento do território, destaca-se a conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal e o desenvolvimento de planos de urbanização.

Ao nível do saneamento e infraestruturas, mantêm-se os compromissos assumidos, com investimentos em Lagoinha, Olhos de Água, Quinta do Canastra, Sobral e Terrim, bem como em diversas ruas e urbanizações, incluindo Vall'flores, em Pinhal Novo.

Na área dos resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana, reconhecemos grandes necessidades, estando em curso uma reorganização dos serviços, em articulação com as juntas de freguesia e com a Amarsul. Continuamos a expandir a recolha porta a porta, a desenvolver o projeto do novo centro de transferência de resíduos valorizáveis em Pinhal Novo e a investir em campanhas de sensibilização, complementadas por medidas mais assertivas.

Destacam-se também ações na proteção do ambiente e conservação da natureza. Na cultura, assinala-se em 2026 o centenário da restauração do concelho, bem como investimentos relevantes no Castelo de Palmela, incluindo a Torre de Menagem, a Igreja de Santa Maria e a Casa do Capelo.

Mantêm-se projetos no serviço educativo, na rede de bibliotecas e na programação cultural em rede. No desporto, destacam-se intervenções no âmbito da Operação Integrada Local de Poceirão e Marateca, investimentos em clubes, na pista simplificada de atletismo de Pinhal Novo e em vários polidesportivos.

Na rede viária, continuam previstas diversas intervenções, bem como investimentos na mobilidade suave, com destaque para o projeto CicloExpresso, integrado na rede ciclável do concelho.

Mantêm-se ainda investimentos em feiras, mostras e eventos locais, no empreendedorismo e na cooperação, área em que o município de Palmela é amplamente reconhecido.

Senhoras e Senhores membros da Assembleia, Senhor Presidente, peço desculpa pela extensão da intervenção. Tentei fazer uma passagem geral pelo plano, mas fico naturalmente à disposição para todas as questões que entendam pertinentes.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado, Senhora Presidente.

Se calhar, para facilitar também os moldes do debate e das perguntas, fazemos uma primeira ronda em que cada bancada faz uma intervenção e depois, a partir daí, seguimos em frente. Pode ser uma ou duas rondas, as que vocês também acharem necessárias, mas, em termos de organização e método, acho que é um bocadinho mais fácil.

Portanto, pergunto qual é a bancada que se pretende inscrever primeiro?

Inscrição do Chega, PPD/PSD.CDS-PP a seguir, depois o Partido Socialista e, por fim, a CDU.

Então, tem a palavra a bancada do Chega, na pessoa do Senhor Jorge Manuel Martins.

O Sr. Jorge Martins do CH:

Muito obrigado, Senhor Presidente. Desejo um excelente ano de 2026 a quem ainda não tinha visto, que estou agora a ver nesta nova entrada de ano.

Este documento é um documento pesado, muito pesado, e, se fosse possível, nos tempos vindouros, ou para o ano, termos um pouco mais de tempo para o analisar, seria melhor. Todos aqui, na Assembleia Municipal, temos outras atividades e, às vezes, andamos muito sobrecarregados.

Cumprimento todos os presentes e também quem está em casa a ver-nos via streaming, na pessoa do senhor presidente desta Assembleia.

O orçamento e as Grandes Opções do Plano, com as suas escolhas e prioridades, são uma ferramenta, um guia e um espelho das políticas pretendidas. As Grandes Opções do Plano definem as grandes linhas estratégicas e as escolhas do executivo, e o orçamento aloca recursos para o cumprimento dessa estratégia definida no primeiro documento. Ou seja, é algo muito importante para todos nós.

Na análise dos documentos, por vezes pareceu-nos que a estratégia existe mais como intenção do que como realização, dada a dotação orçamental prevista, mas, atendendo também ao pouco tempo que o executivo teve, não nos parece muito grave.

Este orçamento, como documento em si, é extenso, é denso, é pesado — tem 249 páginas —, mas está muito bem feito, bem detalhado, bem explicado e com muito tempo e trabalho investido por quem o elaborou. Portanto, deixamos aqui os nossos parabéns por esse trabalho. No entanto, na nossa opinião, devemos continuar esse excelente trabalho, aliviando-o e simplificando-o, sobretudo na sua leitura, para que seja mais simples e mais fácil de interpretar. Isto é apenas um pequeno detalhe.

Após uma análise aturada, ficámos um pouco desiludidos e até ligeiramente tristes. Sabemos, como já disse, que não existe aqui uma renovação profunda do orçamento. Com as tomadas de posse, não há grande margem de manobra, e sabemos também que os serviços não podem parar nem ficar cristalizados no passado, o que também não é uma boa solução.

Politicamente e no papel, a coisa mudou. Antes era só CDU, agora temos CDU e PS, mas a mudança prometida neste brilhante começo acabou por esmorecer. Existe demasiada continuidade. Claro que percebemos que há compromissos orçamentais do passado que assim o obrigam, mas, na nossa opinião, não obrigam a tanta continuidade.

Há muitos projetos e obras. Basta folhear rapidamente alguns documentos anteriores. A maior parte destes projetos não são novidade para mim, e eles vão continuando ao longo do tempo, talvez por demasiado tempo. Também percebemos que existem muitos constrangimentos processuais no Estado, que as empresas privadas não têm. Quando associamos a isto montantes elevados, a coisa torna-se difícil, mas parece-nos que está a ser difícil demais. Podemos melhorar neste ponto.

Há depois várias notas. A proteção civil devia estar mais presente e merecer mais atenção. Há promessas que não percebi se estão no orçamento, como, por exemplo, a fixação de médicos no concelho. Ainda tenho um amigo que já estava quase a fazer as malas para vir para este magnífico concelho. Bolsas para estudantes da nossa terra, entre outras medidas. Esperemos que sim.

O abastecimento de água pública no Pinhal Novo continua com graves falhas. A verba geral diminui e coloca-se a questão: será que o grosso do investimento e das obras já está feito? Não me parece, porque ainda existe muito por fazer. As canalizações estão muito antigas, degradadas, e de vez em quando rebentam. É uma questão muito importante, até porque estamos a falar de cerca de 40% da população do concelho.

Volto à eterna questão da recolha do lixo, que o senhor presidente já me esclareceu, mas que continua a merecer mais atenção operacional e orçamental. Provavelmente a videovigilância será um dos temas que muito rapidamente se tornará recorrente e constante.

É também importante acabar, tanto quanto possível, com o papel e acompanhar o caminho da digitalização e da simplificação dos serviços para o munícipe. Não conseguimos perceber claramente se vamos investir a sério, de forma coerente, para dar um verdadeiro passo em frente nesta matéria. Isto não é apenas para facilitar o trabalho interno, mas sobretudo para melhorar a relação do munícipe com a sua Câmara e com as suas juntas de freguesia.

Podíamos também ter aliviado um pouco mais as finanças dos nossos munícipes, nem que fosse só um pouquinho. Daria um sinal positivo a quem paga e mostraria que nos preocupamos com cada cidadão da nossa terra.

Há obras que ficam desertas, não aparece ninguém para as executar. Andam verbas e intenções durante imenso tempo, ora para a frente, ora para trás. Temos de tentar perceber como ultrapassar isto, nem que seja por via da informação e da transparência, porque estas situações acabam sempre por causar ruído e desconfiança nas pessoas.

Um breve apontamento que a muitos poderá parecer estranho: o orçamento cresce em função das receitas, e as receitas vêm das empresas e da população. Só daí. Dentro das nossas possibilidades, devemos dar importância às condições das empresas e da população. A criação de riqueza por estes intervenientes é essencial para a nossa saúde financeira.

É preciso interiorizar isto e agir em conformidade. Precisamos de uma mudança de mentalidade em Portugal e no município para sermos um país rico, com bons serviços públicos, bons ordenados e ajuda séria a quem precisa, quando precisa.

Quando olhamos para o mundo e analisamos os países onde melhor se vive, onde há mais liberdade e poder para escolher o futuro, e onde os pobres conseguem deixar de o ser, percebemos que as boas e produtivas empresas têm um papel fundamental.

Normalmente são as maiores empresas que oferecem melhores condições, sempre com o Estado como regulador e potenciador da concorrência. As empresas fortes produzem mais riqueza, pagam mais impostos, pagam bons ordenados e cuidam da população à sua volta. Os trabalhadores dessas empresas, para além de beneficiarem de bons serviços públicos, são livres: se forem bons, todas as empresas os querem, e é o trabalhador que escolhe onde quer trabalhar e como quer trabalhar.

As empresas, sobretudo as grandes, não têm de ser nossas inimigas. São, pelo contrário, um dos maiores bens de uma sociedade. Empresas mal geridas em mercados pouco competitivos não interessam a ninguém. Nesses contextos, os patrões vivem confortáveis, pagam baixos salários, porque o trabalhador, se sair, não encontra alternativa. O Estado, com receio de encerramentos e desemprego, acaba por pagar subsídios elevados, premiando a má gestão.

Municípios com dinheiro para proporcionar uma boa vida a quem lá vive são municípios com empresas competitivas, empresas que ganham dinheiro. Basta olhar para as receitas do nosso orçamento e para as suas oscilações. De onde vem a diferença?

Todos nós, a começar pelo executivo, podemos fazer a diferença. Empresários sim, bem tratados, patrões não, devemos, talvez, cuidar mais das nossas empresas.

Disse.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Nesta primeira ronda estava a pensar em, mais ou menos, dez minutos por bancada e depois passaria a palavra à Senhora Presidente, tendo em conta que se trata do orçamento. Acho que faz sentido e creio que ninguém se opõe a isso.

Então, dou agora a palavra à bancada do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Yolanda Silva do PPD/PSD.CDS-PP:**

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Na sua pessoa, cumprimento os restantes membros da mesa.

Se calhar vou só encostar um bocadinho mais o microfone, para se ouvir melhor, por favor. Peço desculpa. Para quem está em casa, conseguimos ouvir bem.

Na sua pessoa cumprimento os restantes membros da mesa, a senhora presidente da Câmara e os senhores vereadores presentes, os demais membros desta Assembleia Municipal, os trabalhadores do município, a comunicação social, o público presente e todos os que nos acompanham a partir de casa.

Antes de passar à análise do orçamento e das Grandes Opções do Plano, cumpre-nos dizer que bem sabemos tratar-se de um orçamento de transição entre mandatos e que, por essa razão, assume compromissos financeiros do mandato anterior. Contudo, não podemos esquecer que as forças políticas que assumiram funções de governação neste novo ciclo autárquico são as mesmas que estiveram no mandato anterior, pelo menos no que diz respeito à presidência.

Assim, a desculpabilização do novo executivo, assente na premissa de estarmos no início de um novo mandato, só fará sentido até determinado ponto, não configurando, creio eu, uma justificação plausível para a falta de robustez do documento em si.

O orçamento em concreto apresenta um valor de 87,4 milhões de euros, com um aumento de 5,4% em comparação com o orçamento inicial de 2025, e com uma previsão de saldo de gerência de 17,9 milhões de euros. É importante realçar que, destes 87,4 milhões de euros, apenas 71 milhões correspondem a receitas ordinárias, ou seja, receitas próprias e transferências do Estado resultantes da participação nos impostos nacionais. O remanescente resulta da inclusão na receita de comparticipações no âmbito de projetos nacionais, transferências de competências e verbas de investimentos financiados pelo Estado, entre outros.

Passando agora às Grandes Opções do Plano, é de realçar que houve um acréscimo de 3,5% comparativamente a 2025: foram 50,7 milhões de euros em 2025 e 52,5 milhões de euros para 2026. É, contudo, importante salientar que este acréscimo resulta, essencialmente, de obras e investimentos que transitam dos anos anteriores e de verbas transferidas de fundos comunitários.

Preveem-se, de facto, subidas significativas em algumas áreas fundamentais, como a saúde, com um aumento de 2,1 milhões para 2,9 milhões de euros, destacando-se aqui o centro de saúde da Quinta do Anjo, com um acréscimo superior a 600 mil euros. Destaca-se também, na área da habitação e urbanismo, o aumento de 3,7 milhões para 4,7 milhões de euros, no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Na segurança e ordem pública, verifica-se um aumento de 1,6 milhões para 2 milhões de euros, destacando-se o posto da GNR no Poceirão.

No entanto, não obstante o aumento do investimento em algumas áreas fulcrais, tal não se vislumbra de forma concreta em outras áreas igualmente importantes, nomeadamente na educação, no que diz respeito ao investimento no parque escolar. Está prevista a construção de uma nova escola em Palmela e uma nova escola no Pinhal Novo, o que é positivo, mas relativamente ao parque escolar existente pouco se vê. Não se observa investimento nas escolas básicas existentes, nem ao nível da sua requalificação.

Também não se vislumbra robustez na Estratégia Local de Habitação. Apesar de estar prevista, e bem, não se vê robustez em termos de execução. O mesmo acontece na área da saúde, não obstante o investimento no centro de saúde da Quinta do Anjo.

Prosseguindo, há igualmente reduções em algumas áreas fundamentais. No saneamento, verifica-se uma redução de 5,6 milhões para 4,6 milhões de euros. Na infraestruturação geral, menos 250 mil euros; nos sistemas de drenagem, menos 400 mil euros, e no abastecimento de água, uma redução de 1,8 milhões para 1,5 milhões de euros.

Há também uma redução no investimento em resíduos sólidos, área em que, de um modo geral, não se verifica uma grande melhoria, o que é bastante visível para quem vive no concelho. O mesmo se aplica à proteção do meio ambiente e da natureza, entre outras áreas que entendemos serem fundamentais para uma boa gestão do município.

Dito isto, e para terminar, em consonância com a nossa votação em reunião de Câmara, não poderíamos deixar de votar contra a proposta que nos é apresentada, crendo que é possível fazer mais, apresentar orçamentos com maior robustez, mais inovação, mais investimento e muito mais para os nossos munícipes.

Muito obrigada, Senhor Presidente.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.
Tem agora a palavra a bancada do Partido Socialista.

Aproveito também para informar que a Patrícia Valente indicou que a líder de bancada do Partido Socialista, durante estes meses, em sua substituição, será a Maria Clara Félix. Fica assim feita essa comunicação.

Tem a palavra. Obrigada.

A Sra. Maria Clara Félix do PS:

Boa noite. Não sei se já está ligado. Boa noite, senhor presidente.

Começo por cumprimentar a senhora secretária e o senhor secretário que estão ao seu lado. Cumprimento a senhora presidente da Câmara, os senhores e as senhoras vereadores, os caros membros desta Assembleia Municipal, o público aqui presente, quem nos acompanha a partir de casa, o senhor jornalista e todos os trabalhadores da Câmara.

Dito isto, gostaríamos de dizer que o orçamento, enquanto documento de gestão e de planeamento onde se materializa a visão estratégica deste executivo, deveria, em nossa opinião, ser tratado numa sessão realizada apenas para esse efeito. Assim, certamente teríamos todos mais tempo para nos podermos pronunciar, ouvindo os diferentes pontos de vista das diversas forças políticas aqui representadas. Solicitamos também que, no futuro, este documento seja disponibilizado a todos um pouco mais cedo, para que possamos fazer uma análise mais pormenorizada e com maior detalhe.

A bancada do Partido Socialista quer também deixar uma palavra de apreço aos técnicos que elaboraram este documento. Trata-se de um documento técnico, extenso e de grande complexidade.

Dito isto, verificamos que o documento apresentado cumpre todos os requisitos da lei em vigor e apresenta informação detalhada, que nos permite fazer comparações, sendo ainda ilustrado por gráficos que facilitam, de algum modo, a leitura deste documento que, por si só, é difícil.

É também neste momento que queremos dizer que este não seria nunca o nosso orçamento e que as nossas prioridades seriam outras. Contudo, este é um orçamento que reflete a transição entre dois mandatos, pelo que contempla compromissos anteriormente assumidos e que nenhum de nós gostaria de ver ignorados. Ainda assim, neste ano de 2026, creio que todos podemos pensar atempadamente no próximo orçamento, introduzindo rubricas que contemplem ações e atividades que nos apontem para um concelho mais justo, mais solidário e mais sustentável.

Relativamente ao documento, estamos perante um orçamento de 87,4 milhões de euros. Adicionando o saldo que transita da gerência de 2025, no valor de cerca de 16 milhões de euros, estaremos perante o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Palmela. Salientamos, de forma positiva, a existência de 7,5 milhões de euros inscritos no orçamento com verbas ainda a definir, pois isso dá-nos alguma esperança. Esperamos que os cerca de 9 milhões de euros a incorporar possam vir a suprir dificuldades há muito emergentes no município, como a educação, a saúde, a habitação e a ação social, entre outras. Gostávamos, contudo, de saber se já está a ser pensada, ao nível do executivo, a forma de atribuição desta verba, que é bastante significativa.

Destacamos também, pela positiva, a redução previsional da dívida do município, que, como a senhora presidente explicou, se encontra numa trajetória descendente, prevendo-se que os cerca de 15 milhões de euros de 2025 possam passar para 9,4 milhões em 2030.

É igualmente com agrado que verificamos o crescimento das transferências provenientes da administração central, muitas delas resultantes dos novos protocolos assumidos nas áreas da saúde, da educação e da ação social.

No que respeita às funções sociais, em particular à educação, gostaríamos de perceber a diminuição da verba atribuída, que passa, aproximadamente, de 7,4 milhões de euros para cerca de 6,9 milhões de euros, ou seja, uma redução na ordem dos 7%. Esta é uma área onde sabemos que surgem constantemente novas necessidades, muitas delas difíceis de prever.

Embora consideremos positivo que tenham sido contempladas ações de formação para o pessoal não docente, nomeadamente em domínios da educação especial, reforçamos uma preocupação reiterada ao longo do mandato anterior pela bancada do PS: a necessidade de delinear, em conjunto com as escolas e os agrupamentos, um plano de formação para assistentes técnicos e administrativos. Há várias áreas críticas, desde o atendimento ao acompanhamento das crianças nos espaços exteriores, passando pelas tecnologias, uma vez que a modernização e a transformação digital também chegaram às escolas, mas os serviços administrativos enfrentam dificuldades na elaboração de documentos que exigem novas competências. Perguntamos, assim, se poderá vir a ser delineado um plano de formação contínua neste orçamento.

O pessoal não docente é fundamental para o bom funcionamento das escolas, nomeadamente para a segurança das nossas crianças e jovens fora da sala de aula.

No domínio da proteção civil, gostaríamos de saber se está contemplada alguma verba para a implementação ou atualização dos planos de emergência das escolas, bem como para a necessária revisão dos extintores, questões de segurança que nos são particularmente caras.

Consideramos muito positiva a implementação do PIPS Programa de Promoção do Sucesso Escolar, financiado por fundos europeus no âmbito do Portugal 2030, para combater o insucesso e o abandono escolar. Gostaríamos de saber se já estão reunidas as condições para o seu arranque, previsto para janeiro, nomeadamente se já existem equipas multidisciplinares constituídas.

Registamos também como positivo o aumento das bolsas de estudo. No entanto, este é mais um ponto que demonstra que, se fosse o PS a elaborar este orçamento, poderíamos ter ido mais longe. Teríamos sido mais ousados. Continuamos a acreditar que, neste mandato, poderemos vir a ter uma bolsa municipal de ensino superior que garanta a todos os jovens igualdade de acesso ao ensino superior.

Verificamos ainda uma acentuada diminuição, na ordem dos 67%, nas verbas atribuídas a outras funções económicas, que incluem atividades locais promotoras do concelho, nomeadamente ao nível do turismo. Num concelho como o nosso, e em particular na vila de Palmela, cuja localização e património histórico são altamente atrativos, sentimos falta de maior dinamismo. Seria importante, por exemplo, a existência de um posto de turismo visível à entrada da vila. Resido aqui e vejo, muitas vezes, sobretudo aos fins de semana e em dias festivos, visitantes desorientados. Mais comércio aberto seria também desejável, bem como o alargamento dos horários da Casa Mãe, um espaço com grande carisma que deve ser melhor rentabilizado.

Por fim, apenas uma nota de enquadramento: na página 175 do documento, surge um quadro relativo às entidades participadas, onde estas aparecem ao mesmo nível de entidades relativamente às quais a Câmara apenas paga quotas, sem ter uma voz ativa. Trata-se apenas de uma questão de reformulação do quadro e nada mais.

Muito obrigada, senhor presidente.

Tenho dito.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Em relação àquilo que a bancada do Chega e, agora, a bancada do Partido Socialista levantaram

relativamente ao orçamento, e àquilo que eu próprio confirmei junto dos serviços, importa esclarecer que todos receberam a convocatória no dia 9 de janeiro de 2026, pelas 14h41, na área reservada.

Juntamente com essa convocatória, foi também disponibilizado o respetivo documento, conforme me foi transmitido pelos serviços. Não obstante, recordo que as sessões extraordinárias são convocadas com cinco dias de antecedência, conforme estabelece o nosso regimento, mais concretamente o artigo 20.º, n.º 2. É isso que nos diz o regimento.

Agora, há algo que poderá ser verdadeiramente inovador, embora tenha de ser visto também junto dos serviços e, desde que ninguém se oponha, não vejo qualquer obstáculo do ponto de vista jurídico. Ou seja, quando a Câmara aprovar o orçamento ou, mais concretamente, quando o aprovar poderá ser dado conhecimento imediato aos membros da Assembleia.

Assim, mesmo que a sessão ainda não esteja marcada, os senhores membros poderiam ter logo acesso ao documento, ganhando mais tempo para a sua análise. Vou tentar ver esta possibilidade com os serviços e, havendo margem para alargar esse prazo, terei naturalmente isso em consideração. Compreendo perfeitamente que, tendo mais tempo, seja sempre mais fácil fazer uma análise cuidada, e isso fica devidamente registado.

Dou agora a palavra, por último, à bancada da CDU, na pessoa do senhor Álvaro Amaro.

O **Sr. Álvaro Amaro da CDU:**

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Permita-me, em primeiro lugar, cumprimentar Vossa Excelência e os restantes membros da mesa, na pessoa da senhora presidente da Câmara e de toda a vereação. Cumprimento também os distintos colegas membros da Assembleia Municipal, as trabalhadoras e os trabalhadores do município, o público presente, os jornalistas e todos os que nos acompanham através da transmissão via *streaming*.

Da parte da bancada da CDU, é para nós perfeitamente percetível e compreensível este orçamento e estas Grandes Opções do Plano num ano de transição, mas também num ano que tem necessariamente de continuar a honrar os compromissos assumidos para com a nossa população.

Começaria precisamente por esse tópico, porque várias vezes foi aqui referida a expressão "compromissos orçamentais", quando, na verdade, eles são compromissos políticos, e até compromissos de todos os partidos. Toda a gente diz que quer ver os arruamentos do centro histórico, toda a gente diz que quer ver a continuação do plano de repavimentações. Portanto, estes compromissos são assumidos coletivamente.

Por outro lado, quero recordar aos senhores membros da Assembleia, aos distintos colegas, que tem mesmo de haver continuidade, porque grande parte das obras é plurianual e decorre de candidaturas, nomeadamente ao Investimento Territorial Integrado da Área Metropolitana de Lisboa, para o ciclo de programação até 2030, com execução até 2027. Ainda vamos a tempo: há candidaturas que ainda não estão feitas, mas temos de ter as rubricas abertas, naturalmente, porque felizmente há projetos já elaborados e outros que ainda terão de ser feitos.

A mim interessam-me, sobretudo, os compromissos políticos para com a população, e creio que a generalidade dos que aqui estão não ousaria desistir deles, porque, durante anos, todos falaram dessa necessidade.

Gostaria também de sublinhar, e congratulo-me com isso, que em Palmela a forma como o documento nos é apresentado podendo sempre ser melhorada permite-nos, se tivéssemos mais tempo, naturalmente, uma leitura com clareza, objetividade e transparência. Permite-nos também perceber o potencial que ainda existe para o futuro.

Há um trabalho técnico que temos de louvar às nossas equipas técnicas, que preparam este documento. Penso que está, do ponto de vista económico e financeiro, muito bem fundamentado. Já não há espaço para orçamentos virtuais, para projeções que depois falham, e, portanto, pessoalmente, acho que continuamos no bom caminho.

Houve também o cumprimento de todas as normas legais e técnicas, mas igualmente daquilo que politicamente é relevante, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição. A vereação e a própria Assembleia

tiveram oportunidade de ser ouvidas. Pelo menos eu, enquanto líder de bancada, estive com os restantes líderes numa reunião de apresentação do plano, onde tivemos espaço para apresentar um conjunto significativo de propostas.

A CDU enviou um documento fundamentado com cerca de 30 propostas de obras, que aprofundam o trabalho na rede viária, muitas delas decorrentes de reivindicações e de participação no *Eu Participo*, bem como a necessidade de fecho e concretização de todos os investimentos previstos no ITI. Felizmente e não só para Palmela, mas para o país houve uma prorrogação até março deste ano, sem a qual dificilmente os municípios e entidades conseguiriam utilizar toda a verba disponível.

Esses projetos foram discutidos com parceiros, agentes económicos, agentes sociais, coletividades e juntas de freguesia. Temos mesmo de concluir essas intervenções, e congratulo a Câmara por não desistir desses objetivos, seja nas repavimentações, no reforço de infraestruturas ou no tratamento dos resíduos, que é, de facto, uma batalha gigantesca.

A ideia de novos locais de deposição, de novos centros de compostagem e de recolha evita muitos monos em torno dos contentores. A recolha porta-a-porta é muito cara, mas, de facto, nos bairros unifamiliares onde é possível e onde a Câmara vai alargar esse modelo, como já vi referido desaparecem os monos e deixam de existir contentores na via pública.

Fizemos propostas também na área da juventude, para a concretização do Plano Municipal de Juventude, no ambiente, nos espaços verdes, nos espaços de jogo e recreio, mais apoios sociais e bolsas de estudo. A ideia do PIPS, por exemplo, que já foi aqui elogiada, é também uma candidatura no âmbito do ITI da AML. Importa recordar que vamos ter saldo de gerência, mas também teremos de comparticipar em 60% do valor da candidatura, uma vez que, estando ainda com a nossa CIM em constituição e sem discriminação positiva, apenas temos 40% de apoio para este tipo de ações.

Da parte da bancada da CDU, não diria que este é apenas o documento possível; este é um documento realista, verdadeiro, com ambição, e com margem de crescimento para o futuro. Estimamos que aquilo que ainda não foi possível contemplar das nossas mais de 30 propostas possa vir a ser integrado através do saldo de gerência, naturalmente respeitando os compromissos já assumidos com candidaturas, projetos e obras plurianuais, dos quais todos no concelho nos iremos orgulhar, desde a habitação aos equipamentos coletivos em construção e aos que ainda irão arrancar.

Esperamos também que esse saldo de gerência seja fortemente apostado na qualidade e na modernização administrativa. Felicito a Câmara pelas recentes aplicações na área do urbanismo, mas também noutras áreas. Estas aplicações não substituem pessoas, mas permitem que as pessoas façam outras tarefas e facilitem o nosso trabalho.

Gostaria ainda de deixar uma nota sobre a educação. Também não vejo ainda o volume financeiro que gostaria de ver nesta área, mas sei que as candidaturas para a reabilitação das duas escolas creio que apenas uma saiu na semana passada quando forem aprovadas, seja através do PRR ou por empréstimo bonificado, implicarão valores de milhões que terão de ser distribuídos por 2026, 2027 e 2028.

Por fim, espero que na próxima revisão orçamental, eventualmente em fevereiro ou março, comece a aparecer o reforço das verbas associadas às transferências de competências para as juntas de freguesia. Sempre defendemos na CDU que estas transferências deveriam vir diretamente do Orçamento do Estado. Não foi essa a opção do Governo à época, retirando recursos às câmaras municipais. Sabemos que os custos aumentaram aluguer de maquinaria, reparações, equipamentos e pessoal e isso obriga a reforçar as verbas para as juntas, porque, se as juntas trabalharem melhor, ganhamos todos.

Concluindo, entendemos que este é um excelente orçamento para as circunstâncias atuais, com margem de crescimento e capacidade para acolher propostas das várias bancadas ao longo do ano. A nossa intenção de voto é, naturalmente, favorável a este orçamento e a este primeiro projeto das Grandes Opções do Plano.

Muito obrigado.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Antes de passar a palavra à Senhora Presidente, só quero dar nota do seguinte: houve, de facto, uma reunião no dia 12 de dezembro, às 17h, na Biblioteca Municipal, aqui em baixo, com a representação de cada um dos líderes de bancada das diferentes forças políticas.

Nessa reunião foi apresentada a pré-proposta do orçamento e todos os líderes de bancada tiveram oportunidade de fazer perguntas e de apresentar propostas ao executivo. Portanto, esse direito da oposição foi cumprido, permitindo que todos pudessem participar.

Eu, inclusive, demonstrei algumas questões que gostaria de ver refletidas futuramente na Assembleia Municipal. Nomeadamente, sugeri a criação de uma Assembleia Municipal de Jovens, enquanto escola de cidadania, que permitisse aos estudantes das nossas escolas participar ativamente na construção da *polis*. Esta é uma prática já existente em vários municípios do nosso país e até do nosso distrito, e considero muito relevante para formar as novas gerações na consciência de coisa pública e cidadania. Naturalmente, sozinha, a Assembleia Municipal não consegue dar esse pontapé de saída — essa iniciativa tem de partir também do executivo, mas estaremos disponíveis para colaborar.

Outro ponto que levantei foi a importância de existirem formações mais especializadas para os autarcas, nomeadamente em análise orçamental e em direito autárquico. Se todos aqui tivessem acesso a esse apoio formativo, mesmo sem a obrigação de ter formação em contabilidade ou licenciatura na área, seria mais fácil analisar de forma rápida e eficiente documentos como o orçamento. O mesmo se aplica ao direito autárquico, para compreender não só os nossos direitos, mas também os limites e competências dos órgãos autárquicos. Foi-me respondido que já existe alguma formação disponibilizada pela Câmara, mas não corresponde ao tipo de formação que aqui propus.

Ainda propus a criação de um site próprio da Assembleia Municipal, ou incorporado na página da Câmara, que permitisse aos munícipes contactar diretamente os deputados, reforçando a proximidade com a população.

Por último, sugeri a inclusão de Língua Gestual nas transmissões online das sessões, para tornar o município mais inclusivo. Isto já é prática em algumas Assembleias Municipais, como a de Lisboa, e seria um passo importante para garantir que todos os cidadãos possam acompanhar a vida pública. É verdade que isso implica custos, mas considero que a democracia é um investimento que vale a pena, se for em prol das pessoas.

Dando, portanto, nota de tudo isto, passo agora a palavra à Senhora Presidente da Câmara para responder às questões levantadas pelas diferentes bancadas.

A Sra. Presidente da Câmara:

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Agradeço igualmente às senhoras e aos senhores membros da assembleia pelas questões colocadas. Algumas delas ajudam a clarificar aspetos que ou não referi ou referi apenas sumariamente. Gostaria de começar por abordar alguns pontos, respondendo diretamente aos aspetos sublinhados nas vossas intervenções, para os quais posso fornecer uma resposta mais objetiva.

Em primeiro lugar, a questão da educação. De forma objetiva, comparando com o orçamento do ano passado, há algum decréscimo no investimento global em educação. No entanto, como já foi referido pelo senhor Álvaro Amar, isso deve-se ao ciclo natural dos investimentos: em 2025 foram concluídas obras importantes, como a requalificação da Escola Salgueiro Maia, da Lagoa da Palha e da José Maria dos Santos, enquanto em 2026 arrancarão intervenções de grande dimensão, nomeadamente nas escolas Hilo de Capelo e José Maria dos Santos, cujo investimento total poderá ultrapassar os 12 a 17 milhões de euros.

Portanto, embora o orçamento anual possa parecer menor, isso não significa um menor investimento estratégico em educação, apenas reflete o planeamento e o escalonamento das obras.

Em contrapartida, por exemplo, o investimento em resíduos sólidos aumenta significativamente, de 7,3 milhões de euros em 2025 para 10 milhões em 2026. Este aumento deve-se tanto à subida das taxas como a uma opção estratégica de investir mais nesta área, reforçando a recolha e tratamento de resíduos.

Quanto às propostas feitas pelas diferentes bancadas, foram integradas pequenas verbas no orçamento, muitas das quais destinam-se a projetos que poderão desenvolver-se mais plenamente com a aplicação do

saldo de gerência e com futuras revisões do plano. Por exemplo, no caso da saúde, haverá estudo prévio para a relocalização do CROA, visando um espaço maior e melhor equipado, respondendo às necessidades atuais.

Outro ponto relevante é o desenvolvimento dos serviços online, em particular na área do urbanismo. Os cidadãos poderão acompanhar o estado dos seus processos de forma digital, algo ainda raro nos municípios portugueses, mas que representa uma grande melhoria para técnicos, projetistas e promotores. Paralelamente, será mantido o acompanhamento presencial para quem não tem condições de aceder aos serviços online, garantindo inclusão e acessibilidade.

Relativamente ao saneamento, houve um grande investimento no mandato anterior, e estamos agora a reprogramar e a expandir novos investimentos nesta área.

Na área educativa, está a ser elaborado um plano de formação para todos os profissionais, especialmente assistentes e operacionais, em sintonia com as escolas, com base nas necessidades identificadas. Paralelamente, temos um programa inclusivo de promoção do sucesso educativo, apoiando alunos migrantes ou com necessidades específicas, com medidas de reforço da aprendizagem da língua portuguesa e integração plena.

Sobre questões de desenvolvimento económico, destaco que 23 empresas do concelho receberam recentemente o estatuto de PMS de excelência, mostrando que Palmela continua a ser atrativa para investidores de diferentes dimensões. A Câmara tem desenvolvido mecanismos para facilitar a relação com investidores e qualificar os espaços associados às atividades económicas, aumentando a competitividade do concelho.

Quanto à fixação de médicos, identificámos zonas com maiores dificuldades de atração de profissionais, podendo recorrer a práticas de discriminação positiva para garantir atendimento adequado.

Relativamente à formação dos autarcas, reconhecemos a sua importância. A nível nacional, associações como a ANMP já disponibilizam formação específica para eleitos, e podemos comprometer-nos, ao nível dos serviços, a identificar essas ações e partilhá-las com o senhor Presidente da Assembleia, para que todos os membros possam beneficiar delas.

Senhor Presidente, Senhores membros da Assembleia, espero ter respondido, de forma clara, às vossas questões.

Obrigada.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Pergunto se todas as bancadas ainda pretendem fazer uma segunda ronda ou se já estão esclarecidos e podemos passar à votação.

Pretendem fazer uma segunda ronda? Então, como na primeira ronda cada bancada teve cerca de 10 minutos, nesta segunda ronda teremos 3 minutos por bancada. Não precisam de usar todo o tempo, apenas se desejarem.

Muito bem. Deixem-me apenas colocar aqui: tem a palavra a bancada do Chega, com uma nota de rodapé muito rápida, relativamente àquelas duas promessas que mencionaram anteriormente.

O Sr. Jorge Martins do CH:

Sei que uma já vai no bom caminho, e a senhora Presidente já nos tinha dito isso. Pronto, pelo menos isso. Depois… pronto, este Executivo começou agora e percebemos as dificuldades. Portanto, por isso, o nosso voto vai no sentido da abstenção, como disse. Muito obrigado.

Registo só mais uma intervenção da bancada do Partido Socialista. Posso?

Bom, começo por agradecer os esclarecimentos prestados pela senhora Presidente e congratular-me com o plano de formação que está a ser elaborado conjuntamente com as escolas, para os assistentes operacionais

e os técnicos. E depois, uma breve nota… antes de passarmos à votação, dizer-vos que, pronto, daquilo que dissemos e que foi aqui exposto por esta bancada, achamos realmente que o orçamento é manifestamente um orçamento de continuidade. Reconhecemos que os compromissos terão de ser cumpridos e que há coisas que vão passando, como as grandes obras, etc. Pronto, reconhecemos tudo isso, mas acreditamos que precisamos de mais visão de futuro.

No entanto, considerando tudo isto que acabei de dizer o facto de ser um orçamento de transição, os compromissos e também o facto de algumas necessidades que já vêm de trás e que agora até estão nos nossos vereadores terem encontrado resposta, e reparando que estão aqui contempladas algumas verbas para que possam fazer o seu trabalho, a bancada do PS vai votar favoravelmente este orçamento. Tenho dito.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado. Também, não havendo mais pedidos de intervenção, só queria dar nota do seguinte:

Muitas vezes não se dá a devida importância à Assembleia Municipal. Muitas pessoas desconhecem a relevância da Assembleia Municipal, e digo isto não tanto para vós, que naturalmente sabem, mas para aqueles que nos assistem em casa, para aqueles que estão aqui, e para aqueles que nos acompanham de fora.

A questão é a seguinte: a Assembleia Municipal… sem a Assembleia Municipal, a Câmara não funciona. Não funciona.

Porquê? Por exemplo, o orçamento. Se o orçamento… por exemplo, nem sequer… ou seja, é obrigatório que o orçamento seja apreciado aqui por algum motivo. Portanto, quando descuramos, de alguma forma, o papel da Assembleia, estamos a retirar-lhe a sua importância.

E até acho que, mesmo de futuro, em jeito de brainstorming, todos devíamos refletir sobre a importância de existir uma rúbrica no orçamento, que tenha um orçamento próprio, para a Assembleia poder gerir de forma consensual entre todos, em conferência de líderes ou com todos os líderes de bancada.

Atualmente, o orçamento da Assembleia Municipal destina-se apenas ao pagamento de senhas de presença. Mas eu acho que é muito pouco, tendo em conta o papel que a Assembleia Municipal deve ter no desenho da arquitetura do seu próprio futuro: não como um apêndice da Câmara, mas como um órgão com força e vontade própria.

E acho que isso é fundamental. Deixo este repto para o futuro: vamos trabalhar em conjunto, certamente, mas nunca como um apêndice.

Muito bem, vamos então passar à votação do orçamento. Dou nota de que tem de ser emute para efeitos de produção dos efeitos jurídicos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor (dez do PS e sete da CDU) quatro voto conta do PPD/PSD.CDS-PP e dez abstenções do CH.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito bem, vamos passar para o segundo ponto: o mapa de pessoal para o ano de 2026 e a revisão do regulamento interno de inscrição de funções e tarefas. Dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentar o ponto dois.

PONTO 2 – Mapa de Pessoal para o ano de 2026 e Revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas

Proposta:

De acordo com o regime estabelecido na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovado pela Lei nº. 35/2014, de 20 de junho, e no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, ambos na atual redação, compete ao município, na qualidade de entidade empregadora pública, aprovar anualmente, conjuntamente com o Orçamento, para vigorar no ano seguinte, o Mapa de Pessoal, que constitui um instrumento previsional de planeamento e gestão de recursos humanos.

A elaboração da proposta de Mapa de Pessoal, em consonância com os art.ºs 28.º e 29.º da LTFP, tem subjacente o levantamento previsional de necessidades permanentes e temporárias dos diversos serviços municipais, em alinhamento com a respetiva missão, atribuições e competências, numa lógica de visão integrada e dinâmica respeitando a sustentabilidade económico-financeira.

A proposta de mapa de pessoal para 2026, contém os postos de postos de trabalho relativamente a: (i) cargos de direção intermédia de 1º, 2º e 3º grau, bem como equiparados; (ii) três carreiras gerais (técnico superior, assistente técnico e assistente operacional); (iii) carreiras especiais de fiscal e de sistemas e tecnologias de informação; e (iv) carreiras subsistentes de fiscal de obras, de serviços de águas e saneamento, bem como de leituras e cobranças.

O mapa consagra o total de 1.503 postos de trabalho, dos quais 1.251 se encontram ocupados e 240 vagos – alguns destes (104) cativos para salvaguarda de provimento nas respetivas categorias de origem de trabalhadoras/es que se encontram, atualmente em regime de mobilidade intercarreiras/intercategorias, regime de comissão de serviço em cargos dirigentes, períodos experimentais, cedência de interesse público e mobilidades na categoria em outras entidades públicas – e 14 postos de trabalho a criar, para futuros provimentos.

Os postos efetivamente vagos a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento, a efetivar no âmbito de procedimentos concursais, alguns deles a tramitar e outros a desencadear, ou com recurso ao instrumento da mobilidade, para suprir necessidades permanentes ou temporárias de serviço existentes, com acréscimo e complexidade de responsabilidades, por forma a permitir mitigar a falta de capital humano em áreas técnicas e também operacionais (designadamente na área de ação educativa, para substituições temporárias).

Salienta-se que, durante o ano de 2025, no âmbito dos diversos serviços municipais, efetivaram-se 21 reafetações, bem como 3 mobilidade intercategorias (2 encarregados na área operacional e 1 coordenadora técnica na área administrativa) e 1 mobilidade intercarreiras (carreira especial de fiscalização para a carreira geral de assistente técnico), as quais, precedidas da concordância das/os respetivas/os trabalhadoras/es, tiveram subjacentes razões de conveniência para o interesse público. Tal potenciou a otimização das competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho, contribuindo para o incremento da eficácia e eficiência e consequentemente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, potenciando a elevação da motivação das/os trabalhadoras/es.

Nos termos da LTFP, a cada carreira/categoria profissional, constante no mapa de pessoal, deverá corresponder um conteúdo funcional, com descrição das funções e atividades chave segundo as múltiplas áreas de trabalho existentes, com correspondência às atribuições e competências das respetivas unidades orgânicas (artigo 80º, n.º 1). Em complemento, prevê o artigo 10º do Decreto-Lei nº 121/2008, de 11 de julho, que esta caraterização dos conteúdos funcionais inerentes aos postos de trabalho deverá constar em regulamento interno. No Município de Pamela, tal regulamento encontra-se em vigor desde 1 de janeiro de 2012, precedido de aprovação em sessão da assembleia municipal, realizada em 16 de dezembro de 2011, tendo sido objeto de sucessivas revisões, a última das quais no ano transato.

O Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas referentes aos postos de trabalho constantes no mapa de pessoal, constitui um instrumento importante de suporte à gestão integrada de recursos humanos, com impacto nas diversas valências de recursos humanos – recrutamento e seleção, reafectação interserviços, avaliação de desempenho e formação profissional – coligindo informação específica e essencial sobre a complexidade funcional, as atividades e as responsabilidades inerentes ao desempenho das funções, em alinhamento com a missão, atribuições e competências cometidas a cada serviço.

Tendo como referencial o levantamento das necessidades de recursos humanos e a gestão previsional dos postos de trabalho a constar no mapa de pessoal para 2026, atento o atual modelo de organização dos serviços municipais, considera-se pertinente proceder novamente à revisão daquele regulamento (que se anexa), com o propósito de efetuar, designadamente: (i) a criação de áreas funcionais específicas em algumas carreiras e extinção de outras, e atualização dos respetivos descritivos funcionais inerentes a esses

postos de trabalho; e (ii) a inserção do conteúdo funcional relativo a trabalhadores/as com vínculo de emprego público da carreira e categoria de assistente operacional, transferidos/as para o mapa de pessoal da autarquia, decorrente da transferência de competências no domínio da saúde para o Município (nos termos do artigo 18º do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro), e em consonância com a lista nominativa de transição dos/as trabalhadores/as provenientes da Unidade Local de Saúde, publicada em diário da república de 12 de agosto de 2025.

Decorre, ainda, de imperativo legal (Decreto-Lei n.º 93/2021, de 9 de novembro), para efeito de reconhecimento à atribuição do suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade, a trabalhadoras/es integradas/os na carreira de assistente operacional, a necessidade de o mapa de pessoal conter a caraterização dos postos de trabalho das áreas funcionais elegíveis para o efeito, concretamente: (i) recolha e tratamento de resíduos; (ii) tratamento de efluentes; (iii) higiene urbana; (iv) saneamento; (v) procedimentos de inumações, exumações; transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas; (vi) limpeza de canis e recolha de cadáveres animais; (vii) asfaltamento de rodovias, com área de afetação às Divisões de Águas (DA), Infraestruturas e Espaço Público (DIVEP) e Serviços Urbanos (DSU).

Foram ouvidas as organizações representativas das/os trabalhadoras/es, e auscultadas/os dirigentes dos diversos serviços municipais, de modo a refletir os conhecimentos e a visão das/os responsáveis dos diversos serviços municipais, e assim obter uma caraterização precisa e fidedigna da totalidade dos postos de trabalho, com a identificação das respetivas atribuições, funções e atividades.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal de Palmela que, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da referida lei e da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 29.º da LTFP, aprovar o mapa de pessoal para o ano 2026, bem como a revisão ao Regulamento Interno de Descrição de Funções e Tarefas, em anexo.

A Sra. Presidente acrescenta os seguintes esclarecimentos:

Obrigada, Senhor Presidente. O mapa de pessoal tem de ser apresentado todos os anos, conjuntamente com as Grandes Opções do Plano e o orçamento, e prevê, justamente, um documento previsional, que no fundo permite planear e gerir os recursos humanos para o ano seguinte.

Tem subjacente, obviamente, um levantamento das necessidades permanentes, por um lado, mas também temporárias, por outro, dos serviços municipais, e está sempre alinhado, como é evidente, com a missão, atribuições e competências da Câmara. Por outro lado, tem uma visão integrada e dinâmica, que não pode deixar de respeitar a própria sustentabilidade económica e financeira do município.

Portanto, isto quer dizer que, todos os anos, temos a obrigação de analisar e perceber quais são as necessidades, quais são as possibilidades e apresentar o respetivo mapa.

Neste caso concreto, o mapa para 2026 cumpre, como é de lei, a discriminação dos postos de trabalho relativamente aos diferentes níveis: cargos de direção e equiparados, carreiras gerais (como técnico superior, assistente técnico e assistente operacional) e também carreiras especiais, como fiscal e de sistemas de tecnologias de informação.

Temos, por um lado, carreiras subsistentes, como a de fiscal de obras, serviços de águas e saneamento, e ainda de leituras e cobranças. No total, o mapa da Câmara Municipal de Palmela apresenta 150 postos de trabalho, dos quais 125 estão ocupados e 25 são postos vagos.

Destes 25 postos vagos, 10 são lugares cativos, destinados à salvaguarda dos trabalhadores em regime de mobilidade, em comissões de serviço, cargos dirigentes ou em cedência de interesse público a outras entidades. Prevê-se ainda a criação de 14 novos postos de trabalho.

Os postos vagos a criar visam, por um lado, responder a necessidades permanentes de recrutamento, e, por outro, suprir necessidades temporárias existentes em alguns serviços. E, já agora, é importante destacar que existem necessidades temporárias muito significativas, sobretudo na área da educação, onde há muitas substituições temporárias a fazer. Por essa razão, alguns dos postos de trabalho previstos são temporários. De resto, a nossa orientação é sempre privilegiar os postos permanentes.

Durante o ano de 2025, houve várias alterações, reafectações e mobilidades, de acordo com as necessidades.

Juntamente com a apresentação do mapa de pessoal, é também obrigatória, por lei, a descrição de funções. Para além disso, apresenta-se o regulamento interno, que deve ser aprovado ou revisto todos os anos. No caso do concelho de Palmela, este regulamento foi iniciado em 2011, mas tem vindo a ser sucessivamente revisto, a última vez em 2025.

Portanto, temos aqui a descrição das diversas carreiras, das suas atividades e responsabilidades, sempre tendo em conta as atribuições e competências da autarquia. Do nosso ponto de vista, é um quadro relativamente equilibrado, bastante influenciado pelo número de efetivos que entraram no município via transferência de competências, sobretudo na educação. No domínio da saúde há muito menos trabalhadores.

Acreditamos que esta proposta oferece condições adequadas para as necessidades atuais. Foram ouvidas as instituições, nomeadamente as organizações representativas dos trabalhadores, os diversos dirigentes e os serviços municipais, e, portanto, penso que a proposta é ponderada e exequível.

Obrigada, senhor Presidente. Estou à disposição para questões que queiram colocar.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado, senhora Presidente. Pergunto agora se as bancadas pretendem utilizar da palavra relativamente a este ponto.

Muito bem. Registo apenas um pedido de intervenção da bancada do Partido Socialista. Portanto, têm então a palavra.

A **Sra. Diana Nascimento do PS:**

Obrigada, senhor Presidente. Cumprimento assim à mesa a senhora Presidente, todos os vereadores, todos os senhores deputados, os presentes na sala e quem nos assiste em casa.

Queria agradecer a apresentação da senhora Presidente e colocar apenas algumas questões relativamente ao que foi apresentado e ao que podemos analisar. Eh… relativamente ao número de postos a criar, ou seja, aos 14 novos postos de trabalho, considerando o que a senhora Presidente explicou sobre as necessidades na área da educação e na área da fiscalização, consideramos que este número é curto face ao que sentimos no terreno, tanto nas nossas escolas relativamente às necessidades de assistentes como ao nível da fiscalização.

Portanto, notamos que estes valores não correspondem às necessidades que temos sentido, especialmente no que diz respeito a uma questão mencionada no ponto anterior, no orçamento, relativamente ao CROA. Tendo em conta as últimas notícias que saíram sobre falta de condições e até alegados maus tratos notícias essas que foram divulgadas pelo Partido PAN gostaríamos de confirmar se têm conhecimento delas. Pelo que sabemos, foi noticiado que a Câmara está a realizar uma investigação sobre o CROA de Palmela.

Gostaríamos também de saber se está prevista alguma medida a nível de recursos humanos, nomeadamente algum reforço de pessoal, como veterinário municipal ou outros profissionais, para melhorar as condições de funcionamento do CROA.

Era isto. Obrigada.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado. Não havendo mais pedidos de intervenção, dou a palavra à senhora Presidente da Câmara para responder.

A Sra. Presidente da Câmara:

Obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros da Assembleia.

Não consigo, vou pedir que me confirmem a questão concreta, neste caso, se temos previsão de algum quadro para o CROA.

Honestamente, não sei responder, não sei se conseguimos… e não, pois não, de qualquer modo, médico não, médico veterinário não há… dois, não é? Assistente de enfermagem… um assistente, eventualmente, de enfermagem. Não, não, não… médico? Pois, médico não. Médico não. Só há dois. Portanto, vamos confirmar, talvez seja um profissional da área da enfermagem.

Agora, o mais importante é a questão de fundo. Vamos ver não são só 14 os lugares que podem vir a ser ocupados, porque esta designação, de facto, quando dizemos que temos, no conjunto, o quadro com 150 trabalhadores… por acaso, ao dia de hoje, dizia-me esta tarde a nossa chefe de divisão de Recursos Humanos, já há uma ligeira alteração em relação ao mapa, mas não é relevante.

Portanto, 150… destes 150, resultam de 125 ocupados e 25 vagos. Mas, dos 25 vagos, só aliás, a proposta diz isso 10 é que estão cativos. Na verdade, estão livres 15, certo? Isto significa que ainda temos cerca de 100 lugares vagos, e estamos a criar 14 novos lugares.

Ou seja, toda a necessidade de pessoal identificada cabe perfeitamente nestes lugares e não será esgotada. Pronto. Portanto, o mais importante é isto: se identificássemos um conjunto de necessidades, entre os 136 lugares disponíveis resultantes da diferença entre os vagos e os reservados somados aos 14 a criar, na verdade, temos cerca de 150 lugares livres no mapa. Se fosse necessário aumentar, não haveria problema; permite crescer em alguns setores, indiscutivelmente.

Já esclareceram: são dois assistentes operacionais previstos para o CROA, não propriamente da área de enfermagem.

Sobre a questão colocada… sim, vamos lá ver. A questão veio ontem à reunião de Câmara e estamos a apurar, porque há acusações graves. Não as avaliei do ponto de vista técnico, mas percebo que, se forem reais, são graves. Estamos a averiguar o que se passa e qual é o fundamento dessas queixas.

Uma coisa é falarmos de um espaço exíguo, ou de um espaço pouco atrativo por estar, por exemplo, no meio de armazéns gerais com muitas coisas à volta, o que não é agradável e não muito acessível. Outra coisa é prática desajustada: internamente, não conhecemos nenhuma. Mas estamos a averiguar exatamente estas queixas que foram feitas.

Senhor Presidente, obrigada.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito, muito obrigado.

Também pergunto se mais alguma bancada pretende intervir. Não havendo nenhuma intervenção, quero apenas acrescentar que aquilo que foi dito aqui relativamente ao CROA é muito importante. Este tipo de instituições é mesmo muito relevante, porque vemos que muita gente tem animais.

É facto: muita gente gostaria de ter animais, mas os custos num veterinário são muito elevados. Digo mesmo por experiência própria. Portanto, são custos significativos, e o município podia até ser pioneiro em alguma estratégia desta natureza, que pudesse dar um apoio maior do que o que já existe. Já é importante, mas, por vezes, mesmo para alguma cirurgia ou intervenção necessária, se a pessoa comprovadamente não tiver rendimentos, poderia existir algum tipo de apoio médico para estas situações, permitindo que estas pessoas consigam custear o tratamento necessário.

Claro, são ideias, é verdade, mas, já que estamos aqui em debate e em discussão, é sempre importante deixá-las registadas.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito, muito obrigado.

Também pergunto se mais alguma bancada pretende intervir. Não havendo nenhuma intervenção, quero apenas acrescentar que aquilo que foi dito aqui relativamente ao CROA é muito importante. Este tipo de instituições é mesmo muito relevante, porque vemos que muita gente tem animais.

É facto muita gente gostaria de ter animais, mas os custos num veterinário são elevados digo mesmo por experiência própria. São custos significativos e, portanto, o município poderia até ser pioneiro numa

estratégia desta natureza, que desse um apoio maior do que o que já existe. Já existe algum apoio, que é importante, mas, por vezes, mesmo para alguma cirurgia ou intervenção necessária, se a pessoa comprovadamente não tiver rendimentos, poderia existir algum tipo de apoio médico para estas situações. Isto permitiria que as pessoas que não conseguissem pagar os custos associados a uma intervenção desta natureza tivessem assistência.

Claro, são ideias, é facto, mas, já que estamos aqui em debate e discussão, é sempre importante deixá-las registadas.

Muito bem, então vamos passar à votação do mapa de pessoal para o ano 2026 e revisão regulamento interno de descrição de funções e tarefas.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dez do CH, dez do PS e sete da CDU) e quatro abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito bem, passando para o ponto três, o ponto três é CIM, Península de Setúbal, Constituição da Assembleia Intermunicipal, eleições, eleição dos membros da Assembleia Municipal de Palmela.

PONTO 3 – CIM Península de Setúbal – Constituição da Assembleia Intermunicipal – Eleição dos membros da Assembleia Municipal de Palmela

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Portanto, a recém-criada CIM tem também uma Assembleia e Palmela tem e tendo em conta aquilo que é a sua representação, direito a seis membros efetivos e um suplente. E, portanto, os partidos são livres de apresentar listas com e a esta composição, com esta configuração. E, portanto, à mesa da assembleia chegaram duas listas.

Uma lista é composta por elementos do Chega e do PPD/PSD.CDS-PP e uma outra lista apresentada pelo Partido Socialista e pela CDU. Portanto, a lista A é a lista apresentada pelo partido Chega e PPD/PSD.CDS-PP, e a lista B é a lista apresentada pelo Partido Socialista e pela CDU.

Peço por favor que façam silêncio, tá bem? porque senão é difícil. Eu agora vou fazer só a leitura da composição de ambas as listas.

Lista A do Chega e do PPD/PSD.CDS-PP:

Jorge Manuel Abel Faria - CH

Jorge Manuel Ribeiro Martins - CH chega

Yolanda Jacira Lourenço da Silva- PPD/PSD.CDS-PP

Carlos Miguel Viegas Vitorino PPD/PSD.CDS-PP

Carla Sofia Ramos Inácio - CH

Pandora Natacha Correia de Brito Salvado - CH

Suplente:

Eurico Luís Borges Paulo - CH

Lista B do Partido Socialista e CDU:

Álvaro Leonel Passos Manuel - PS

Érica Sofia Caeiro Ribeirinho – CDU

Diamantino de Sousa Pereira - PS

Ricardo José de Oliveira – CDU

Dulce Isabel Romão Félix do Nascimento – PS

Zoraima Arminda Clemente Cruz Prado – CDU

Suplente:

João Alberto Castro Rodrigues – PS

Portanto, estas são as duas listas que nós temos, dar nota do seguinte, que a votação tem que ser votação secreta, portanto em urna, e que depois de apurado os resultados com base naquilo que é o método D'Hondt e depois vamos aguardar que depois o serviço me dê essa indicação, após o apuramento dos resultados, fazemos a enunciação depois da distribuição dos mandatos, tendo em conta o método D'Hondt certo? Portanto, agora vou dar a palavra ao 1º Secretário para proceder à chamada.

Após o após a contagem dos votos, a lista A teve 11 votos e a lista B teve 16 votos. Zero brancos. zero nulos. E, portanto, agora solicito aos serviços só a questão do cálculo do método de que agora os serviços irão proceder essa contagem método D'Hondt para depois e procedermos à enunciação da distribuição dos mandatos.

Aplicado o método o resultado é o seguinte:

Lista A, fica com três mandatos, sendo dois efetivos e um suplente. Não se esqueçam, estão sete mandatos, sendo que o sétimo é suplente.

A lista B, fica com quatro mandatos efetivos. A distribuição dos mandatos, de acordo com os números, com a estrutura das listas é a seguinte:

O primeiro eleito efetivo é:

1.Álvaro Leonel Passos Rebelo – PS

2.Jorge Manuel Abel Faria – CH

3.Érica Sofia Cairo Ribeirinho – CDU

4.Jorge Manuel Ribeiro Martins – CH

5.Diamantino de Sousa Pereira – PS

6.Ricardo José de Oliveira - CDU

Suplente efetivo:

Yolanda Jacira Lourenço da Silva – PSD/PSD.CDS-PP

O **Sr. Presidente da Mesa:**

Muito obrigado.

Concluída, a nossa ordem de trabalhos no ponto três, resta-me desejar uma boa noite a todos aqueles que nos assistem em a casa presencialmente.

Vemo-nos na próxima sessão da Assembleia Municipal. Um abraço a todos**.**

Não havendo mais assuntos a tratar, o **Sr. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e vinte minutos do dia quinze de janeiro de dois mil e vinte e seis, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Diamantino de Sousa Pereira**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi."

Palmela, aos quinze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco.

O Presidente

João Pedro Marçal Fialho Perdigão leitão

O Primeiro Secretário

Diamantino de Sousa Pereira